

Instituições em crise num mundo sem silêncio

written by Clara Boavista | 2 de Fevereiro, 2026

OCIDADÃO
Journalism Online

OPINIÃO
Clara Boavista



Nunca se falou tanto. Nunca se reagiu tão depressa. E, paradoxalmente, nunca foi tão difícil confiar. Num espaço público saturado de opiniões, esclarecimentos e tomadas de posição, o silêncio deixou de ser sinal de prudência para se tornar motivo de suspeita. A crise de confiança nas instituições nasce, em grande medida, deste choque entre uma cultura da urgência e estruturas pensadas para a demora.

Não surpreende, por isso, que tribunais, governos, universidades, meios de comunicação social ou organismos públicos pareçam cada vez mais deslocados no debate contemporâneo. Não falham apenas por erros próprios – que existem e devem ser escrutinados – mas porque operam segundo uma racionalidade que entrou em colisão com a cultura dominante da resposta imediata. Num mundo permanentemente

ligado, tudo o que não reage em tempo real tende a ser percebido como irrelevante ou suspeito.

Não é o colapso das instituições que aqui está em causa, mas a perda de um valor que sempre as sustentou: o silêncio. O problema agrava-se quando o espaço público deixa de o tolerar. Aquilo que durante séculos foi condição do pensamento, da escuta e da decisão responsável passou a ser lido como ausência de posição. Espera-se que todos – indivíduos, instituições, organizações – tenham uma opinião clara e pública sobre tudo, de preferência num formato breve, emocionalmente legível e facilmente partilhável. A complexidade tornou-se incómoda; a ambiguidade, quase ofensiva.

Este ambiente cria uma exigência paradoxal. Exigimos eficácia, transparência e responsabilidade – muitas vezes com razão – mas esperamos que processos complexos produzam respostas imediatas. Queremos decisões rápidas para problemas estruturais, clareza absoluta para dilemas ambíguos, reações instantâneas para questões que exigem tempo e mediação. O resultado é um desencontro persistente entre expectativas públicas e possibilidades institucionais reais.

Em contextos educativos – onde o silêncio sempre foi condição do pensamento – este conflito torna-se particularmente visível. Confunde-se escuta com passividade, pausa com desinteresse, reflexão com falta de envolvimento. A dificuldade em sustentar o silêncio não é apenas um problema pedagógico; é um sintoma cultural mais vasto. Se já não conseguimos parar para pensar, como esperar que instituições o façam em nosso nome?

Perante este cenário, multiplicam-se diagnósticos apressados: as instituições estão ultrapassadas, falidas, desligadas “das pessoas”. Algumas críticas são legítimas. Outras ignoram um ponto essencial: ao exigir que as instituições falem à velocidade das redes sociais, estamos a pressioná-las a

abdicar daquilo que as tornava necessárias. A velocidade pode gerar adesão momentânea; raramente produz confiança duradoura.

A crise de confiança não nasce apenas de falhas institucionais, mas também de uma cultura que transformou o ruído em prova de compromisso. Falar tornou-se mais importante do que dizer algo; reagir, mais valorizado do que compreender. Neste contexto, a autoridade institucional desgasta-se não só por abusos de poder, mas por incompatibilidade com uma sociedade que deixou de reconhecer valor à demora.

Talvez o desconforto atual não resulte do colapso das instituições, mas da nossa dificuldade crescente em aceitar tudo o que não se explica, justifica ou resolve em tempo real. Quando a resposta não chega de imediato, chamamos crise à frustração. Quando a decisão demora, confundimos mediação com falha.

Recuperar a confiança institucional pode exigir menos comunicação e mais densidade; menos reação e mais mediação. Pode exigir, sobretudo, a reabilitação do silêncio como espaço legítimo da vida pública – não como fuga à responsabilidade, mas como condição dela. A pergunta decisiva é outra: estaremos dispostos a suportá-lo?

Num mundo que já não sabe calar-se, talvez o maior desafio das instituições não seja falar melhor, mas resistir à tentação de falar demais. E o nosso, enquanto cidadãos, pode ser ainda mais exigente: aceitar que nem tudo o que importa pode ser dito de imediato – e que alguma confiança implica, inevitavelmente, aprender a esperar.